

Panorama

O IBGE apurou crescimento de 0,5% do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2019, comparativamente a igual período do ano passado. No acumulado de 12 meses a variação apurada foi de 0,9%. Ambos períodos de análise apontam desaceleração da economia se comparados aos respectivos períodos anteriores.

No cenário internacional, o Banco Mundial reduziu a projeção de crescimento econômico mundial para 2,6% devido às exportações e volume de investimentos mais moderados do que o esperado no início do ano.

A economia do Grande ABC

Diante do contexto econômico atual, o Grande ABC também vem apontando dificuldades em ampliar o nível de atividade econômica. O indicador IABC (Indústria ABC) aponta que em 2017 e 2018 o crescimento da economia local foi respectivamente de 2% e 0,2%

As recentes projeções para baixo do desempenho da economia nacional não colaboram com as expectativas para a economia regional. Mesmo os impactos do recém-anunciado acordo comercial entre Mercosul e União Europeia sobre a economia local devem ser avaliados com cautela, tendo em vista o ABC paulista ter se tornado um forte importador de insumos industrializados nas últimas décadas, o que reflete negativamente em diversos setores industriais da região.

Destaques desta 19ª Edição – Julho de 2019

<i>Panorama Econômico:</i>	p.02
<i>Movimentação Financeira:</i>	p.04
<i>Inflação:</i>	p.06
<i>Mercado de Trabalho:</i>	p.08
<i>Comércio Exterior</i>	p.10
<i>IABC</i>	p. 12

No triênio entre 2014 e 2016 a economia do Grande ABC retraiu em cerca de 27% a geração de riqueza. Os reflexos estão no aumento do desemprego, na redução da renda média do trabalhador e na redução da arrecadação tributária das prefeituras.

Com o ritmo lento da retomada da atividade econômica, demoraremos muito mais do que três anos para recuperar a dinâmica de geração de riqueza perdida.

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

Panorama Econômico

Na primeira semana de abril o FMI reduziu a expectativa de crescimento mundial pela segunda vez neste ano de 2019. Para a instituição, a economia mundial deverá crescer 3,3% em 2019, ou 0,5 ponto percentual abaixo da projeção realizada em outubro de 2018. O Banco Mundial, em junho último, também reduziu a projeção de crescimento da economia global de 2,9% para 2,6% neste ano.

Influenciaram esta avaliação as incertezas em torno da guerra tarifária entre Estados Unidos e China, que tem influenciado a desaceleração do fluxo de comércio internacional e retraído as perspectivas de crescimento dos EUA, que também podem impor restrições tarifárias às importações do México. Do outro lado do Atlântico, o panorama europeu é de desaceleração mais acentuada do PIB regional, especialmente na Alemanha e na Itália.

Por fim, também contemplam as avaliações que justificaram a redução das perspectivas de crescimento econômico mundial o enfraquecimento do nível de investimento, bem como o aumento do estoque de dívida destes países, o que afeta a capacidade de financiamento da atividade produtiva e dos investimentos nos mesmos.

Para o cenário brasileiro, as instituições internacionais também reduziram as projeções de crescimento em 2019. Nas últimas semanas o relatório FOCUS das últimas semanas de junho, divulgado pelo Banco Central do Brasil com a avaliação dos agentes do mercado, projetou

crescimento abaixo de 1% do PIB em 2019, bastante menor do que as projeções do início deste ano.

O Ministério da Economia deverá anunciar nos próximos dias nova revisão para baixo do crescimento do PIB em 2019. A última revisão foi divulgada em maio, quando reduziu a projeção de 2,2% para 1,6%, ainda acima da perspectiva apontada pelo mercado à época.

Dada a lenta recuperação da atividade produtiva na economia brasileira, a taxa de desemprego no trimestre março-maio/2019 foi de 12,3% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo o IBGE. Comparado a igual período de 2018, o número de desocupados diminuiu de 13,19 milhões para 12,98 milhões de pessoas. Na mesma comparação, o total de pessoas subocupadas foi de 25% da PEA no trimestre março-maio/2019, ou 0,4 pontos percentuais a mais que em 2018. Embora o rendimento médio do trabalho tenha diminuído cerca de 1,5%, também seguindo a mesma comparação, a massa de rendimentos apresentou leve melhora, de 2,4%, dado o maior número de pessoas ocupadas.

Em especial a queda no rendimento médio das pessoas ocupadas e a ampliação da taxa de subocupação dos trabalhadores reforçam o argumento dos analistas que já especulam possível retração na economia brasileira nos trimestres a seguir.

Como tentativa de reorientar a trajetória da atividade econômica, o governo anunciou no final de junho que pretende injetar mais de R\$ 100 bilhões na economia, via liberação de depósito compulsório aos bancos.

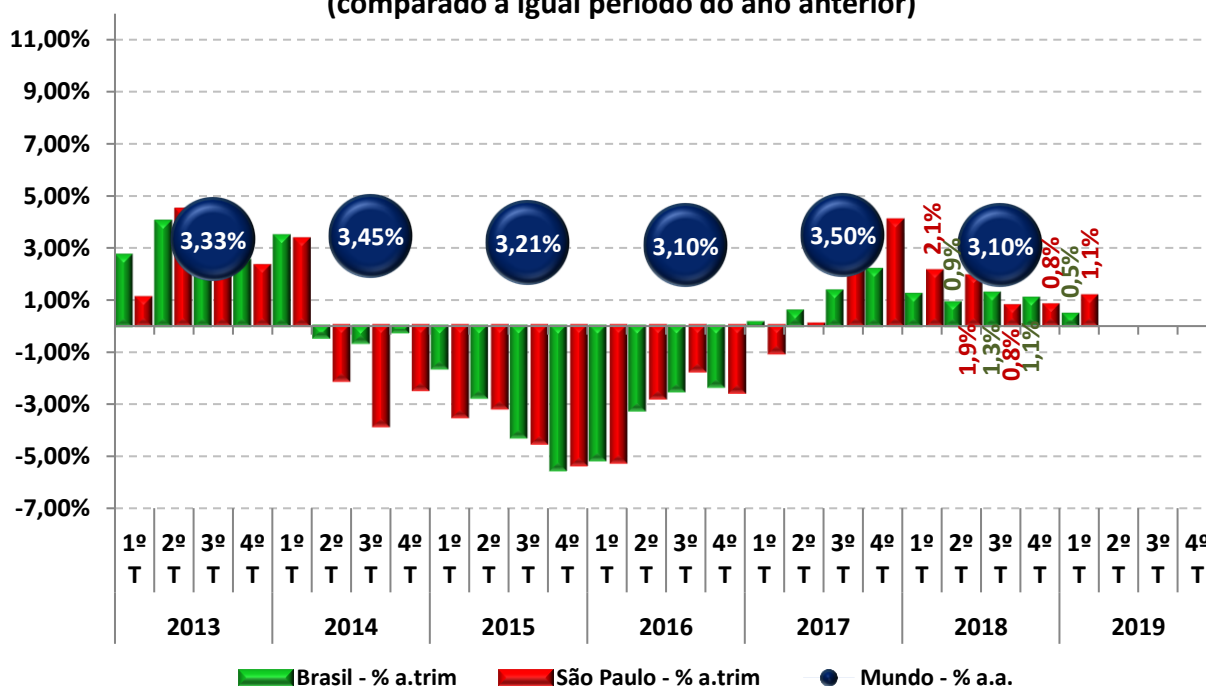
O cenário caracterizado pelo elevado grau de capacidade produtiva ociosa de um lado, e pelo baixo impulso de demanda de outro, também tem favorecido a manutenção da taxa da inflação em níveis baixos.

O baixo crescimento da economia também dificulta o ajuste das contas públicas, pois, enquanto a produção e a renda não se ampliam, a arrecadação tributária se defronta com uma base de arrecadação mais apertada. Em maio último, o déficit

primário acumulado em 12 meses pelo setor público foi de R\$ 100,3 bilhões, contra um montante de R\$ 95,8 bilhões em maio de 2018.

Isso revela a dificuldade de ajuste das finanças públicas justamente em período de elevado desemprego e maior demanda por bens públicos, além de maior pressão do setor produtivo por incentivos para realizar investimentos e impulsionar o crescimento da economia.

Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

Até o momento, a estratégia do governo federal em centralizar todos os esforços na reforma da Previdência como a chave para melhorar a confiança dos empresários não tem mostrado

resultado. De um lado o governo tem visto ser muito mais difícil do que imaginava articular-se com o Legislativo. De outro, não há garantias efetivas de que os resultados de longo prazo da reforma da Previdência irão animar os empresários hoje.

Movimentação Financeira

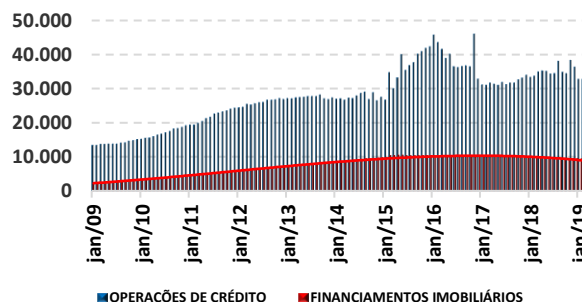
O recente anúncio do governo de que vai liberar cerca de R\$ 100 bilhões de depósitos compulsórios aos bancos deverá agitar a movimentação financeira na economia. O objetivo é ampliar a disponibilidade de crédito, bem como reduzir a taxa ao tomador final, e dessa forma estimular o consumo na economia. A aposta é que o impacto desta ação sobre a inflação não deverá ser intenso, embora poderá existir. Entre janeiro e maio deste ano, a inflação acumulada junto aos preços monitorados foi de 3,32% e junto aos preços livres foi de 2,22%.

Com relação ao custo do crédito, os dados divulgados pelo Banco Central apontam que a taxa média de juros à pessoa jurídica foi de 19,5% a.a. em maio, enquanto a taxa de capital de giro atingiu 16,9% a.a. Níveis que não raramente se mostram proibitivos às empresas, tendo em vista a expectativa de retorno a ser obtido na atividade produtiva das mesmas. Já para pessoas físicas a taxa média de juros registrada em maio foi de 52,9% a.a., um pouco maior que a observada no final do ano passado. A taxa de juros média do cheque especial registrada em maio foi de 320,8% a.a.

No Grande ABC, nos últimos 12 meses encerrados em março de 2019 (último dado disponível), o volume de operações de crédito diminuiu aproximadamente 3,4%, somando R\$ 33,6 bilhões, em relação a maio de 2018. Isso reverte a tendência de elevação registrada entre início de 2017 e meados de 2018. As operações de financiamento

imobiliário diminuiram ainda mais, cerca de 6,4% na mesma comparação.

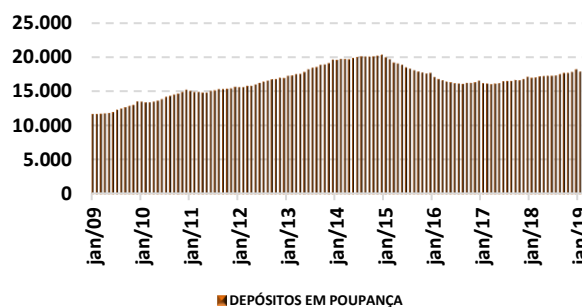
Operações de Crédito no Grande ABC
(milhões de R\$ de maio/2019 - deflac. pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Na outra ponta, o ABC paulista registrou ampliação do volume de depósitos em poupança em 5,6%, somando R\$ 17,7 bilhões. Valor este um pouco inferior ao pico de mais de R\$ 18 bilhões registrado em dezembro último.

Depósito em Poupança no Grande ABC
(milhões de R\$ de maio/2019 - deflac. pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Nos últimos 12 meses encerrados em abril a atividade comercial aumentou 1,4% no País, apontando desaceleração do crescimento em relação ao desempenho registrado em meados do

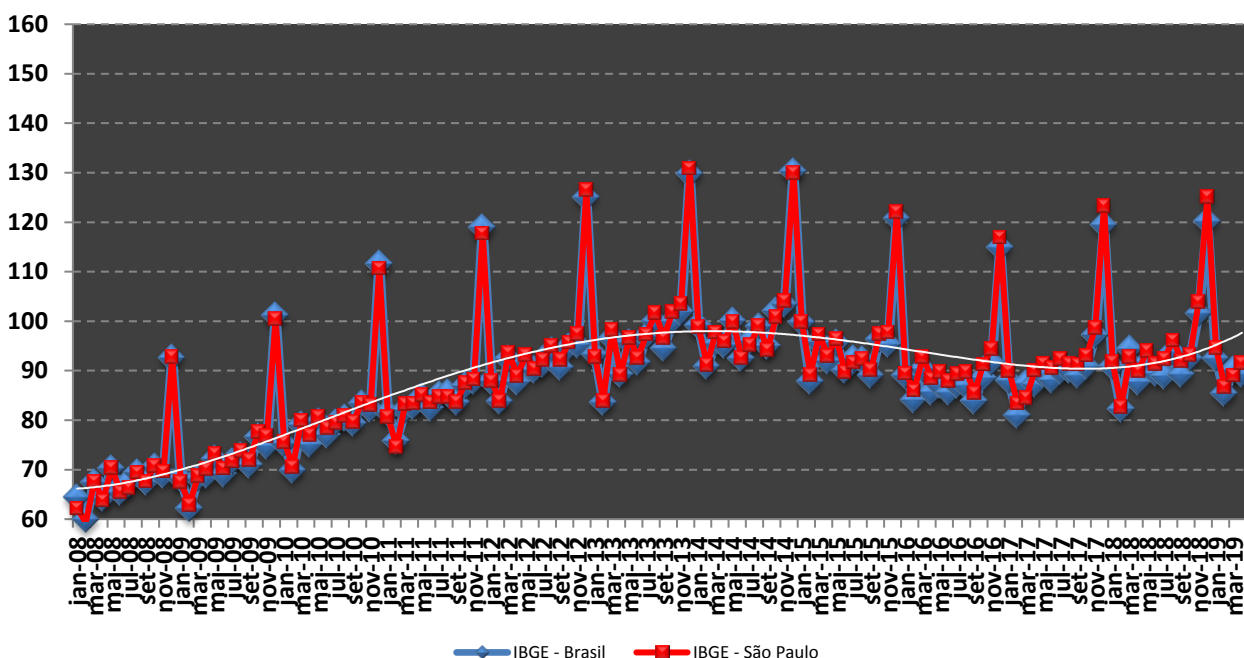
segundo semestre de 2018. No período jan-abril a expansão foi de apenas 0,65%. No Estado de São Paulo a atividade comercial também desacelerou sua trajetória. Nos últimos 12 meses encerrados em abril, a ampliação da atividade comercial foi de 1,8% e no quadrimestre jan-abril atingiu 1,3%.

A persistência dos elevados índices de desemprego, bem como a redução no baixo ritmo de crescimento da economia, levou à uma redução na renda média do trabalhador nos primeiros meses deste ano. Fatos que não contribuíram para a recuperação da confiança dos consumidores e muito menos para a recuperação de suas capacidades de crédito e de consumo.

Estes dados revelam a frustração da expectativa de efetivação de um desempenho mais favorável em 2019.

Em geral, o ciclo de produção das economias tende a apresentar períodos mais intensos no 2º e 3º trimestres de cada ano. Entretanto, até momento, tudo indica que o desempenho do PIB no segundo trimestre de 2019 também deverá ficar abaixo das expectativas e da trajetória minimamente razoável para melhora do mercado de trabalho. Embora haja capacidade produtiva ociosa na economia brasileira, a falta de confiança, da capacidade de investimento público e de demanda completam o contexto econômico atual.

Atividade Comercial (média de 2014 = 100)



Inflação

Há 25 anos entrou em circulação uma nova moeda, sendo parte da estratégia de combate à inflação, que começou a ser implementada ainda em agosto de 1993 com a adoção do então Cruzeiro Real acompanhada de um ajuste fiscal. Medidas que foram complementadas no início de 1994 com a introdução da Unidade de Referência de Valor, a URV, que estabeleceu nova unidade para precificação dos preços. Somente em julho daquele ano entrou em circulação o Real (R\$), equivalente a 1 URV e com cotação sobrevalorizada em relação ao dólar.

Embora tenhamos afastado as inflações astronômicas de mais de três dígitos ao ano, o Brasil ainda convive com níveis moderados de inflação, que se mostra bastante superior à maioria dos países do mundo. Em maio último a inflação acumulada em 12 meses medida pelo IPCA/IBGE foi de 4,66%. Em um total de 188 países, este é o 48º maior nível de inflação, sendo superado por países que em geral se encontram em estágios menos avançados de desenvolvimento e ou que apresentam graves problemas de restrição de oferta, como Venezuela e Irã, entre outros.

Neste mesmo intervalo, a inflação de preços monitorados foi de 6,53%. Isso demonstra o peso da indexação e das regras de decisão sobre o reajuste de preços administrados sobre a inflação. Em parte, esta característica torna a inflação brasileira fora dos padrões dinâmicos causados por forças de demanda ou de oferta.

Há que se lembrar que, segundo estabelecido pelo Banco Central, a meta da inflação para 2019 é de 4,25%, com limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

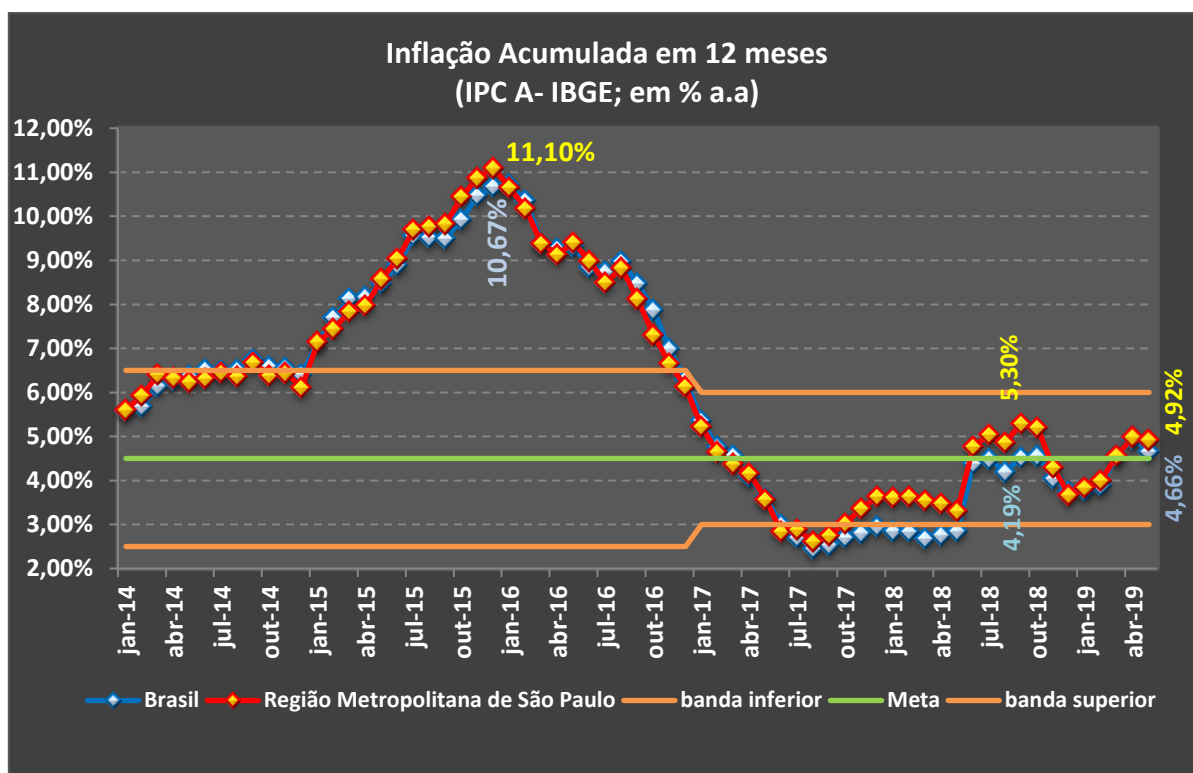
Parece razoável que o reajuste dos preços monitorados seja limitado à meta de inflação a ser atingida no ano de sua aplicação. Isso colaboraria com a política de metas para controle da inflação adotada pelo Banco Central desde o início da década de 2000.

Segundo expectativas do mercado nas últimas edições do relatório Focus do Banco Central, a inflação deverá fechar o ano pouco abaixo de 4%.

Entretanto, cabe observar que no último semestre a inflação acumulada nos últimos 12 meses subiu de 3,67% para 4,66%, mesmo com a desaceleração no ritmo da lenta recuperação da atividade econômica.

Conforme comentado nos parágrafos anteriores, o governo pretende liberar recursos do compulsório em um montante de aproximadamente R\$ 100 bilhões para ampliar a capacidade de geração de crédito dos bancos e consecutivamente de consumo. Medida que a priori visa estimular a demanda, como mecanismo para puxar a atividade produtiva.

Essa operação que, em tese, se não implica em maior pressão de demanda sobre os preços em função da elevada capacidade ociosa do setor produtivo, também não cria nenhum caminho que facilite a desaceleração do nível de inflação acumulada nos últimos 12 meses.

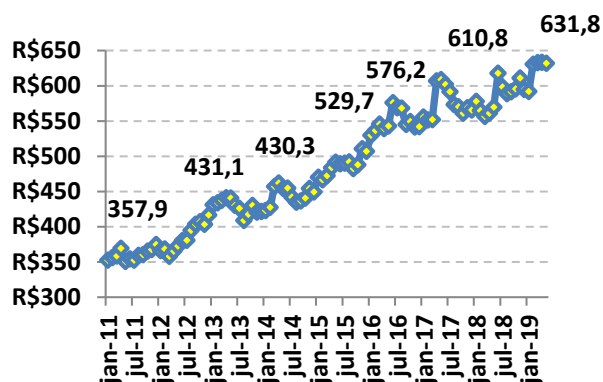


Fonte: IBGE

Na Região Metropolitana de São Paulo a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,92% em maio, acima da inflação nacional. Em maio os grupos que apresentaram maior variação de preços foram Habitação, seguidos de Saúde e Cuidados Pessoais, Vestuário e Despesas Pessoais.

No Grande ABC, o preço da cesta básica apurado pela Craisa (Central Regional de Abastecimento) apresenta tendência de elevação, fechando maio em R\$ 631,8. Esta cesta é composta especialmente por alimentos e por produtos de higiene e limpeza.

Cesta Básica - Região do ABC (em R\$)



Fonte: CRAISA

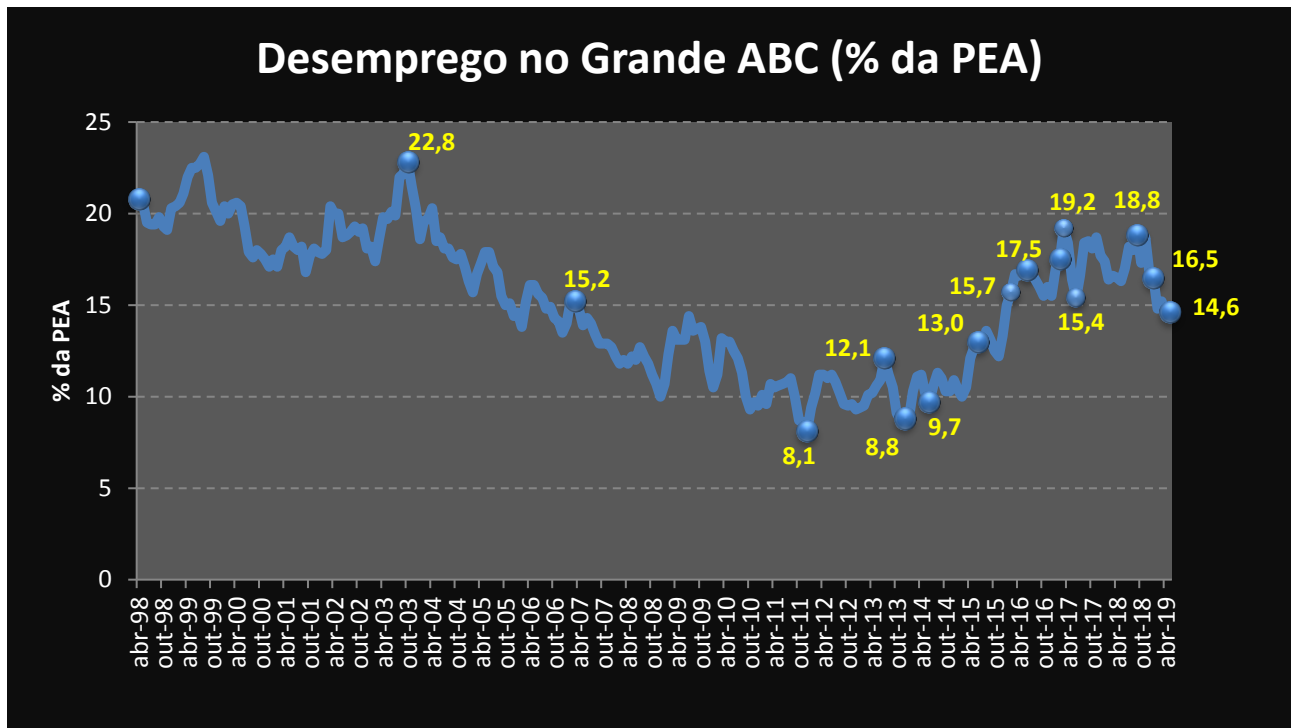
Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego observada no Grande ABC em maio foi de 14,6% da PEA, dois pontos percentuais abaixo do registrado no mesmo mês de 2018. Mesmo diante de uma lenta recuperação econômica, a redução da taxa de desemprego pode ter apresentado resposta mais favorável em função da significativa perda de postos de trabalho nos anos anteriores. Alguns segmentos e empresas, ao operar com equipe bastante restrita, voltou a contratar mesmo com sinais ainda tímidos de retomada da economia.

A região voltou a apresentar saldo positivo na geração de empregos formais, segundo informações

da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Foram mais de 5 mil empregos formais nos cinco primeiros meses do ano, com dado positivo inclusive na indústria, setor que mais reduziu postos formais de trabalho no intervalo entre 2012 a 2018, conforme pontuado na edição anterior do 18º Boletim EconomiABC.

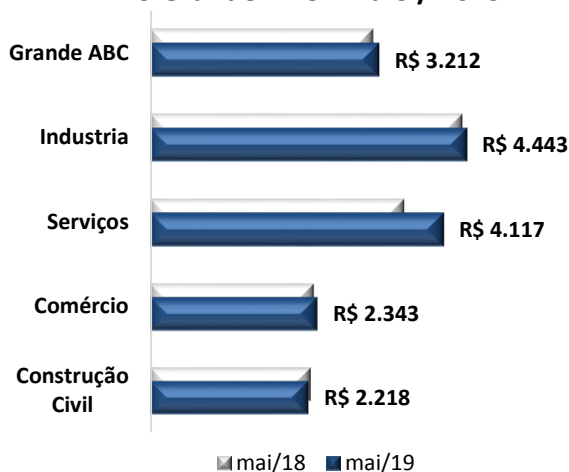
Ao mesmo tempo, dado o efeito da rotatividade no mercado de trabalho, a ampliação do total de trabalhadores formalmente empregados na região não significou aumento no total da massa de salários pagos. Isso é resultado da diferença entre o salário médio dos trabalhadores desligados no período e o salário médio dos trabalhadores contratados.



Fonte: SEADE

O último mês de maio registrou renda média de R\$ 3.212 por trabalhador formalmente empregado na região. O gráfico abaixo apresenta o salário médio por setor da economia no mercado de trabalho formal, com significativa diferença a maior no setor industrial e de serviços.

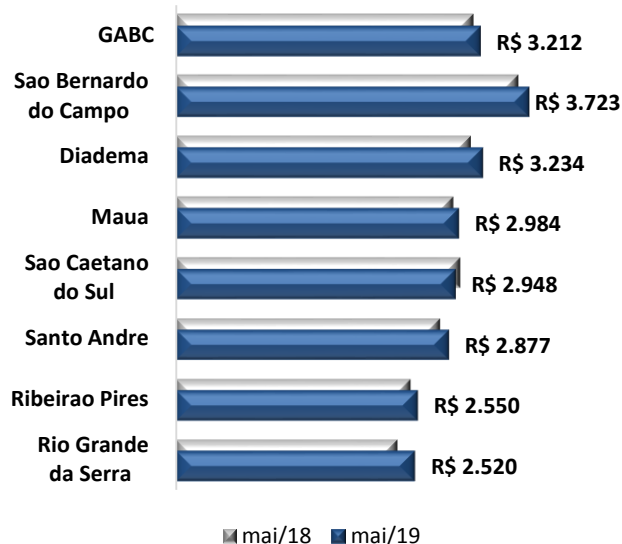
Renda do Emprego Formal por setor no Grande ABC - maio / 2019



Fonte: RAIS/CAGED – Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia; deflacionados pelo IPCA.

Na comparação entre os sete municípios do ABC paulista nos 12 meses encerrados em maio, São Caetano foi o único a apresentar redução real da renda média.

Renda do Emprego Formal por Município - maio / 2019



Fonte: RAIS/CAGED - Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia; deflacionados pelo IPCA.

O mercado de trabalho no Grande ABC apresentou leve melhora. Entretanto, se continuarmos neste ritmo, o tempo de recuperação dos postos de trabalho perdidos entre o final de 2011 e meados de 2017 será muito longo. Estes períodos registraram respectivamente a menor e a maior taxa de desemprego nos últimos anos.

Quanto anos serão necessários para voltarmos a ter uma taxa de desemprego próximo de 8% da PEA no Grande ABC?

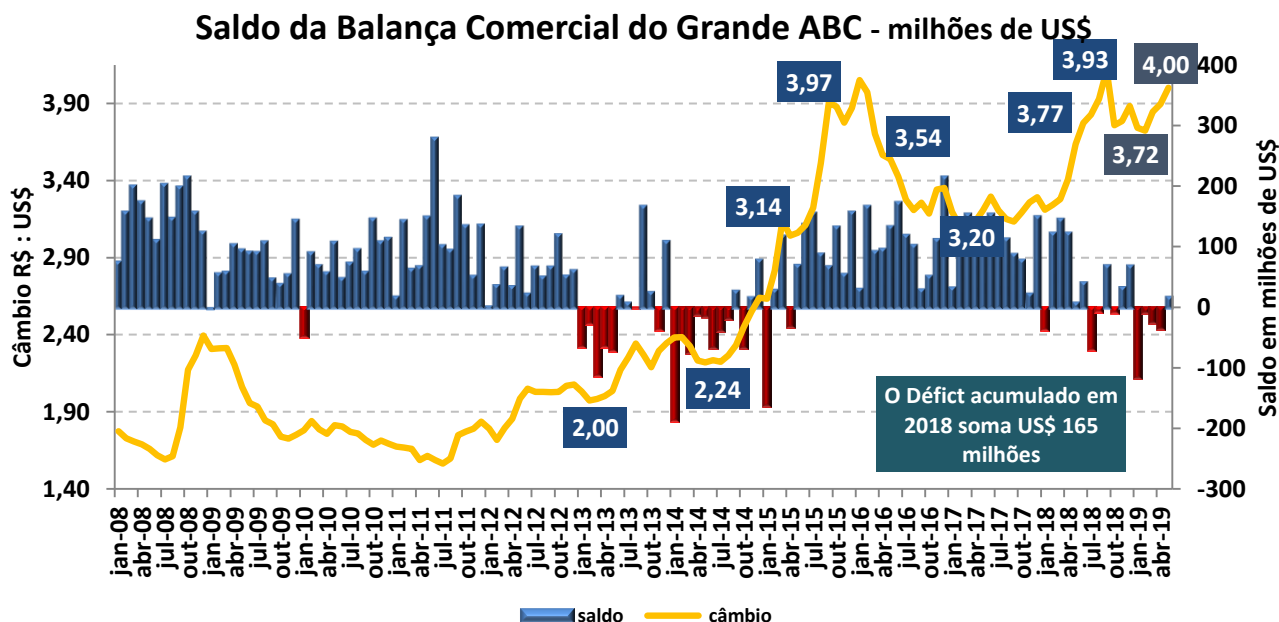
Comércio Exterior

No acumulado de janeiro a maio deste ano a Balança Comercial da região registrou déficit de US\$ 165 milhões, contra superávit de pouco mais de US\$ 365 milhões no mesmo período de 2018. Foi o pior resultado para o período desde 2014, resultado de uma queda no fluxo de exportações de 32% e do fluxo de importações de 12%.

Com estas alterações nos fluxos comerciais da região, a corrente de comércio exterior regional diminuiu 23%, o que demonstra menor relação da economia local com a economia internacional. Na edição anterior do Boletim EconomiABC já havíamos comentando sobre esta retração do fluxo comercial,

mesmo diante de uma taxa de câmbio desvalorizada, o que em tese favorece o fluxo de exportações. O que pode estar ocorrendo é o efeito da ampliação do custo de importação de insumos industriais dada a desvalorização do real. Isso aumenta o custo operacional do setor industrial, que se tornou mais dependente da importação de insumo nas últimas décadas.

Se de um lado a desvalorização do real torna os preços dos produtos locais exportados mais atrativos no mercado internacional, a elevação do custo de importação de insumos de produção, de outro, corrói parte da vantagem competitiva gerada pela desvalorização cambial.



Os produtos mais exportados pelo ABC paulista são veículos, caminhões e suas partes; máquinas e equipamentos mecânicos; itens da cadeia da borracha, de cobre e de plásticos. Do lado das importações, estão partes e acessórios de automóveis, máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, insumos de cobre e borracha natural.

Mercosul e UE

Sendo de conhecimento que a região é um grande importador de insumos da cadeia industrial, tendo modificado sua estrutura produtiva pós-abertura comercial da década de 1990 e das políticas que se seguiram, cabe perguntar: será que um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia irá beneficiar o parque produtivo do Grande ABC? Esta nos inserirá de forma competitiva nas principais cadeias globais de valores?

Em linhas gerais, apesar das cláusulas de salvaguarda, o acordo é composto por redução de restrições, especialmente tarifárias, para a comercialização de produtos entre países da União Europeia e do Mercosul. Isso tende a beneficiar no Brasil, com maior intensidade, setores ligados à exportação de commodities, como a produção de grãos, de carne e produtos com baixo grau de manufatura e incorporação tecnológica. Do outro lado, o acordo permitirá a entrada de produtos europeus, em especial os industrializados, a condições mais atrativas que as atuais.

Não me parece que apenas a maior facilidade de acesso a produtos industrializados com maior grau de desenvolvimento e competitividade será capaz de induzir o desenvolvimento produtivo e

a ampliação da competitividade da produção nacional, em especial no setor industrial. Este era o argumento que sustentou o processo de Abertura Econômica da década de 1990. Em que pesem as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, em especial no setor industrial, e a melhora no grau de produtividade, essas mudanças foram fruto especialmente de estratégias adaptativas do setor produtivo. A indústria nacional não se tornou uma importante referência competitiva no cenário internacional. As alterações não provocaram significativo desenvolvimento produtivo, capaz de promover intensa incorporação de conhecimento e tecnologia.

Com relação à economia do Grande ABC, o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia trará efetivamente um desenvolvimento produtivo e tecnológico da indústria local ou do setor de serviços avançados?

Embora a realização do acordo comercial não esteja no âmbito das decisões regionais, as configurações do acordo poderão trazer impactos fortes para a economia local. Apesar de algumas empresas e segmentos poderem se aproveitar de oportunidades geradas pelo acordo, não há garantias claras de que, no agregado, a economia do ABC paulista será beneficiada a ponto de se tornar mais competitiva e pujante.

Especial: O desempenho do PIB do Grande ABC

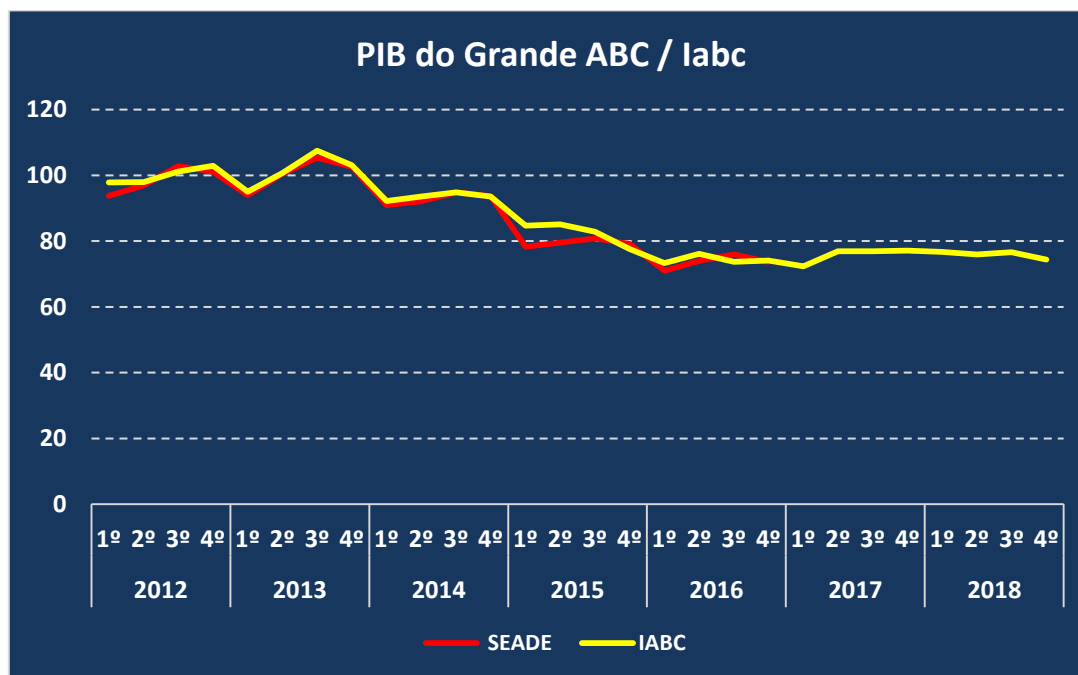
Nos anos de 2014, 2015 e 2016, os dados divulgados pelo SEADE revelaram três anos seguidos de recessão. Respectivamente de -7,6%, -14,4% e -7,4%. Neste triênio a economia do Grande ABC encolheu 27% seu volume de produção.

Um dos principais elementos que demonstram o reflexo desta retração é a perda de empregos

formais na região, que afetou principalmente o setor industrial. Já a taxa de desemprego aumentou de 8,8% para 19,2% da PEA, entre 2013 e início de 2017.

Outro sinal do desaquecimento ocorrido neste período foi a redução do fluxo de exportação regional, que entre 2013 e 2016 caiu 34%, voltando a apresentar leve melhora em 2017 e 2018.

Também chamou a atenção neste período a redução do volume de ICMS arrecadado no setor produtivo da região, que entre 2013 e 2016 reduziu 33%, deflacionado pelo IPCA.



Fonte: SEADE / Observatório Econômico

Todos os indicadores apontados acima incorporam a estimativa do IABC, que tem como

objetivo estimar a trajetória do PIB da região nos anos anteriores, tendo em vista que o dado oficial é divulgado com defasagem de dois anos.

Em períodos de elevada flutuação dos indicadores econômicos, como apontado acima, a realização de estimativas se mostra mais importante, para que se possa ter elementos para avaliar o desempenho da economia.

De outro lado, a ampla variação dos indicadores econômicos torna mais complexo o desafio de montar indicadores de tendência.

Para o ano de 2017 a projeção é de que a economia do Grande ABC tenha apresentado leve crescimento de aproximadamente 2%, acima do PIB nacional, tendo apresentado tanto melhora no volume de ICMS arrecadado na região como ampliado o volume de exportação, em relação à 2016. Fatores que, juntamente com os demais componentes do modelo, sustentam a perspectiva de crescimento da economia do Grande ABC após três anos sucessivos de forte retração.

Em 2018, entretanto, o IABC apontou uma estagnação da economia. Cabe lembrar que 2018 foi marcado por fatores muito específicos, como a greve dos caminhoneiros em maio, e pelas tensões em torno da eleição presidencial, que também afetaram sobremaneira o desempenho do PIB nacional.

Ainda que os dados oficiais, quando lançados, apontem para um desempenho um pouco mais favorável do que o indicador IABC, chama atenção a perda de dinamismo da economia regional entre 2013 e o momento atual. Perda esta não desconectada da perda de fôlego da economia nacional, que tem encontrado dificuldades para encontrar nova trajetória de crescimento.

Assim como criticamos e por vezes cobramos a necessidade de um plano nacional de desenvolvimento, que seja um orientador da

atividade econômica, no plano regional esta falta também é sentida.

O melhor dos mundos será quando se tiver estabelecido no plano regional uma estratégia de desenvolvimento que esteja integrada tanto à política estadual como nacional. Entretanto, o atual contexto indica que não veremos esta composição tão cedo.

Universidade Metodista de São Paulo
Escola de Gestão e Direito
Curso de Ciências Econômicas
Observatório Econômico

Reitor

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

Diretor da Escola de Gestão e Direito

Dra. Kleber Carrilho

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

**Coordenador de Estudos do Observatório
Econômico**

Me. Sandro Renato Maskio

Professor Pesquisador

Dr. Moisés Pais dos Santos

Estagiária:

Natasha Jaccoud



A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.

Patrocine esta iniciativa!

E-mail: observatorio.economico@metodista.br

Tel: 4366-5035

[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)